



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO TSE nº 90025/2024

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o fornecimento de peças, ferramentas, materiais e insumos, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação em questão abrange serviços de natureza contínua, essenciais para preservar o patrimônio público e garantir o bom funcionamento das atividades administrativas. Por meio desses serviços, o Tribunal visa assegurar a segurança de suas instalações, evitando transtornos decorrentes do uso constante dos sistemas e equipamentos, além de estender sua vida útil e proporcionar condições adequadas para o desempenho das atividades de seus funcionários e colaboradores. Destaca-se que a interrupção desses serviços pode comprometer a segurança das edificações, tornando necessária a contratação por períodos que ultrapassem um exercício financeiro.

2.2. A divisão do objeto não é viável, pois a manutenção do sistema deve ser realizada de maneira integrada e simultânea, tanto de forma preventiva quanto de forma corretiva, bem como quanto ao fornecimento de peças para garantir seu desempenho adequado, podendo, sua interrupção, resultar em grandes prejuízos patrimoniais. A contratação abrange a segurança das instalações, dos funcionários e do público externo, portanto, a prorrogação do contrato é de extrema importância para garantir a continuidade dos serviços e a manutenção da segurança necessária.

2.3. Além da obrigação legal (Portaria MJSP/SENASP nº 108/2019), a necessidade de possuir e manter um sistema de detecção e alarme de incêndio é garantir a segurança das pessoas, proteger o patrimônio e evitar danos decorrentes de incêndios em um ambiente, sendo de fundamental importância mantê-lo e, eventualmente, atualizá-lo para garantir sua eficácia. As consequências da falta desse sistema ou sua ineficácia podem ser graves como: riscos à vida humana, danos materiais, impactos na continuidade das operações do TSE e responsabilidade legal em caso de incêndios.

2.4. A definição de um prazo de vigência plurianual é fundamental na busca pela eficiência processual, uma vez que seria impraticável estabelecer um contrato com duração de apenas 12 meses quando a continuidade do serviço é indispensável para evitar danos ao patrimônio e até mesmo à vida das pessoas envolvidas.

3. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO

| Tabela - Contratação por preço Global | | | |
|---------------------------------------|---|-------------------|------------|
| Item | Descrição Sucinta do Serviço | Unidade de Medida | Quantidade |
| 1 | Prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio, composto pelos equipamentos listados no Anexo I-IV deste Termo de Referência, com o fornecimento, sob demanda, de peças, ferramentas, materiais e insumos necessários à manutenção. | mês | 30 |

3.1.1. O serviço de manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio caracteriza-se como serviço de natureza comum com especificações usuais de mercado, podendo ser realizado por diversos fornecedores seguindo padrões e rotinas predefinidos, o que possibilita uma maior competitividade na contratação, gerando potencial economia e eficiência para a administração pública.

3.1.2. Detalhamento da execução do serviço:

3.1.2.1. Manutenção preventiva:

- a) inspeções regulares: Realização de inspeções programadas e periódicas em todos os componentes do sistema, incluindo detectores de fumaça, alarmes, painéis de controle, baterias, entre outros;
- b) Testes de funcionamento: Realização de testes de funcionamento do sistema para verificar se os detectores respondem adequadamente, se os alarmes são audíveis e se o sistema de notificação está funcionando corretamente;
- c) Limpeza e manutenção de componentes: Limpeza e manutenção regular dos detectores de fumaça e outros dispositivos para garantir que não haja obstruções que possam comprometer a detecção;
- d) Verificação das condições das baterias: verificação da vida útil e condições das baterias, garantindo que estejam em boas condições para funcionar em caso de queda de energia; e
- e) Atualização e manutenção de software: verificação e atualização do software do sistema, se aplicável, para garantir que esteja atualizado com as últimas correções e melhorias de segurança.

3.1.2.2. Manutenção corretiva:

- a) Identificação de falhas: identificar a origem do problema por meio de testes e diagnósticos;
- b) Reparos imediatos para restaurar o funcionamento adequado do sistema; e
- c) Substituições de componentes danificados.

3.1.2.3. Envolvem os serviços relacionados à manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio (central de detecção e alarme, painéis controladores, painéis repetidores, detectores, acionadores manuais, sirenes, módulos de endereçamento, quadros de comando e controle, e infraestrutura) compreendendo, inclusive, a parametrização e ajustes de configuração da central.

3.1.2.4. As rotinas de manutenção não descritas neste Termo de Referência, mas recomendadas no manual dos fabricantes, bem como nas normas técnicas pertinentes, no que couber, deverão ser rigorosamente executadas.

3.1.2.5. Os serviços ruidosos e/ou que interfiram nos serviços regulares das unidades do Tribunal deverão ser realizados preferencialmente no período matutino e poderão, a qualquer momento, ser interrompidos por ordem da FISCALIZAÇÃO.

3.1.2.6. O(s) Engenheiro(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA, a critério da FISCALIZAÇÃO, deverá(ao) manter visitas mensais às dependências do CONTRATANTE, para acompanhamento das atividades de manutenção. Ademais, este(s) deve(m) prestar esclarecimentos técnicos à FISCALIZAÇÃO sempre que solicitado, inclusive com visitas às instalações do TSE, incluindo fins de semana e horários fora do expediente padrão do Tribunal.

3.1.2.7. A CONTRATA DA deverá apresentar, anexado à fatura mensal, Relatório Técnico, subscrito pelo Engenheiro ou Supervisor Técnico responsável, contendo os serviços efetuados, com indicação dos respectivos equipamentos envolvidos.

3.1.2.8. Salvo autorização diversa da FISCALIZAÇÃO, todas as atividades deverão ser supervisionadas e/ou executadas *in loco* por, no mínimo, um Técnico em Eletrônica (CBO 3132-15), que deverá constar e firmar no Relatório Técnico do item 3.1.2.7.

3.1.2.9. Ao final de cada visita técnica (preventiva ou corretiva) deverá ser emitido um relatório ou ficha de serviço descrevendo os serviços executados e, em caso de ser evidenciada alguma anomalia, os eventuais componentes substituídos e componentes que necessitem serem substituídos em garantia. O relatório deverá explicitar as reais condições de funcionamento dos sistemas, registrando suas eventuais restrições e respectivos motivos, e deverá ser encaminhado para a FISCALIZAÇÃO TÉCNICA.

3.1.2.10. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão objeto de Instrumento de Medição de Resultado - IMR, por meio de índice, o qual será analisado mensalmente (considerando-se o mês calendário como período de análise), para qualificar os trabalhos realizados. O Tribunal adotará o seguinte índice de medição de qualidade dos serviços:

3.1.2.10.1. Índice de Chamados Reincidentes (ICR): mede o quantitativo de chamados reincidentes realizados no período de um mês. O índice será composto por chamados de qualquer natureza, desde estes sejam referentes a problemas técnicos relativos ao objeto e relacionados à deficiência de manutenção e pertinentes ao mesmo equipamento.

3.1.2.11. Se, no período de um mês, a soma do ICR for igual ou superior a 2 (dois), a CONTRATADA estará sujeita a ajustes no pagamento mensal, conforme item 3.6.1.1 deste Termo de Referência. Se a soma foi superior a 9 (nove), além do ajuste na fatura, estará sujeita à penalidade prevista neste Termo de Referência e no contrato.

3.1.2.12. A FISCALIZAÇÃO utilizará, mensalmente, o Instrumento de Aferição de Resultados (IMR) para medição geral de eficiência da manutenção e avaliação da qualidade dos serviços, conforme disposto na tabela do item 3.6.1.1 deste Termo de Referência.

3.1.3. O Tribunal poderá, a qualquer tempo, promover alterações em suas instalações que visem melhorar ou adaptar seu espaço físico às suas necessidades correntes. São exemplos de alterações: retirada e colocação de divisórias, alteração de posicionamento de dispositivos e equipamentos, inclusão ou remoção de dispositivos e equipamentos de mesma natureza dos existentes, etc.

3.1.3.1. Eventuais variações dos quantitativos listados no Anexo I-IV – Instalações Existentes – Descrição Sumária, decorrentes da possibilidade de remoção ou inclusão de dispositivos ou equipamentos de mesma natureza poderão ensejar a repactuação do contrato.

3.1.4. Os materiais e peças **de reposição ou recuperação de instalações** serão fornecidos conforme condições e especificações deste Termo de Referência e seus Anexos. Os equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários aos

serviços são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, sem ônus adicionais ao TSE.

3.1.5. ROTINAS DE MANUTENÇÃO

3.1.5.1. A manutenção preventiva consiste em um conjunto de atividades técnicas e administrativas destinadas a prevenir a ocorrência de quebras ou defeitos nos equipamentos, instalações e acessórios, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais do fabricante e normas técnicas específicas, além do monitoramento constante das instalações e equipamentos buscando a identificação antecipada de problemas antes que se tornem sérios, bem como a reparação das potenciais falhas com a devida antecedência.

3.1.5.2. A primeira manutenção preventiva será efetuada após o recebimento da notificação da FISCALIZAÇÃO, a partir do início da vigência contratual.

3.1.5.3. A cada mês subsequente, a CONTRATADA deverá, ordinariamente, realizar 1 (uma) visita mensal para a execução dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento das ordens de serviços emitidas pela FISCALIZAÇÃO, durante a vigência do contrato, em horários previamente definidos de acordo com a conveniência do Tribunal e com duração suficiente para a execução das rotinas preventivas.

3.1.5.4. A FISCALIZAÇÃO irá apresentar à CONTRATADA o Cronograma de Manutenção com as datas prováveis de manutenção preventiva com parada de equipamentos e as ações a serem realizadas em cada evento, conforme previstas neste Termo de Referência.

3.1.5.5. Manutenções corretivas e emergenciais consistem nos serviços relacionados ao atendimento de abertura de chamados. Serão abertos chamados sempre que houver a necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento e plena capacidade dos equipamentos e sistemas ou quando requeridos pela FISCALIZAÇÃO, compreendendo inclusive alterações de configuração e programação da central de detecção e alarme; a substituição de componentes e peças, nos termos do item 3.2, retirada e recolocação de dispositivos a pedido da FISCALIZAÇÃO; remanejamentos pontuais de detectores; além de ajustes e reparos nos equipamentos de acordo com as normas técnicas específicas e recomendações dos fabricantes.

3.1.6.5.1. O atendimento deverá ser iniciado em um prazo máximo de 2 (duas) horas, contado do recebimento da ordem de serviço, se ocorrer em horário de expediente, ou do chamado emergencial, por telefone e e-mail (com aviso de recebimento), exceto se houver autorização diversa e justificada da FISCALIZAÇÃO.

3.1.6.5.2. Se a abertura do chamado ocorrer fora do horário de expediente, e não for emergencial, os serviços deverão ser iniciados na primeira hora de expediente do dia útil subsequente.

3.1.6.5.3. Quando do contato telefônico, a CONTRATADA deverá fornecer número de protocolo próprio ou outro tipo de registro para acompanhamento do chamado. A este número de protocolo deverá estar vinculado ao menos a data e a hora de abertura do chamado e o defeito relatado.

3.1.6.5.4. O tempo máximo de reparo, salvo justificativa técnica formalizada nos autos e após análise e autorização do fiscal, deverá ser de até 2 (duas) horas, contadas a partir do início de sua execução.

3.1.5.6. A parametrização e ajustes de configuração da central incluem a reinicialização da central; teste de lâmpadas/LEDs, detectores, sonorizadores,

módulos E/S e zonas; habilitação/inibição total ou programada de sonorizadores, laços, detectores e módulos E/S; configuração da temporização das sirenes por dispositivo, por zona e geral; alteração de textos de localização; e todas as demais variáveis programáveis de operação do sistema de detecção e alarme de incêndio.

3.1.5.7. Além do roteiro mínimo de manutenção previsto no item 10 da norma ABNT NBR 17240:2010, os serviços de manutenção consistirão fundamentalmente, mas não de forma exaustiva, nas seguintes atividades:

1. conferir a etiqueta de identificação dos dispositivos, tanto em termos físicos como da fidedignidade da informação, refazendo, caso necessário, com etiqueta indelével;
2. inspecionar quanto à existência de lâmpadas de sinalização e fusíveis queimados nos painéis;
3. limpar externa e internamente os gabinetes dos painéis e verificar o estado quanto à pintura, vidro, fechaduras, dobradiças e sinalização;
4. testar a capacidade de carga das baterias de cada painel, desligando a alimentação primária e verificando a queda de tensão após 30 minutos. Substituir se necessário;
5. imprimir e analisar o registro histórico de eventos e atuar caso necessário. Zerar o registro após a análise;
6. checar a presença de defeitos na central e corrigir as falhas presentes;
7. isolar painéis avariados e restabelecer a comunicação com a central em caso de falhas;
8. verificar a fixação dos terminais das borneiras dos fios de cada painel, detectores e módulos de entrada e saída;
9. inspecionar visualmente os detectores e proceder com a limpeza interna e externa com auxílio de um aspirador com escova acoplada e pano úmido;
10. confirmar se os relés auxiliares e de sirenes estão atracando conforme foram programados, se tiver algum temporizado, conferir o tempo de atuação;
11. verificar o correto posicionamento e leitura do XPERT de endereçamento;
12. avaliar os valores analógicos dos diversos dispositivos e verificar sua adequação ao catálogo do produto;
13. aliar os valores de tensão e corrente de cada laço, nas condições de Alarme, “Standby” e Defeito;
14. simular, em todas as Centrais, eventos de “Interrupção de Linha”, “Curto-Circuito” e “Fuga à Terra” e verificar se os mesmos são sinalizados como defeito pelas entradas de Incêndio;
15. avaliar a fixação dos acionadores manuais e sirenes;
16. avaliar o correto posicionamento dos detectores lineares;
17. testar o funcionamento e configuração dos módulos de interface com os sistemas de pressurização de escadas e catracas eletrônicas;
18. inspecionar visualmente a tubulação e os equipamentos associados ao sistema com relação à sua adequada fixação, infiltração, indução, continuidade elétrica, oxidação, poeira e/ou fatores que possam significar risco efetivo ou potencial ao correto funcionamento do sistema ou desacordo com as Normas Brasileiras; e
19. reparar, substituir e/ou ajustar quaisquer componentes do sistema, caso necessário apresentem falhas ou defeito.

3.2. MATERIAIS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO

3.2.1. Constatado que o problema não decorre de defeito coberto por garantia, a CONTRATADA deverá fornecer as peças e componentes eventualmente necessários à execução dos serviços corretivos, aplicando-se os preços previstos no mercado.

3.2.2. Caso seja observada a necessidade de substituir alguma peça/componente, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, indicando as especificações, quantidades, justificativas e urgência para substituição.

3.2.2.1. Antes de qualquer substituição de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá emitir Laudo Técnico específico, descrevendo o defeito e asseverando a necessidade de substituição, para autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

3.2.2.2. Quando não constar o material na planilha contratual constante do Modelo de Proposta - Anexo I-I deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da notificação do fiscal, relatório técnico para a aquisição das peças, acompanhado de, no mínimo, 3 (três) orçamentos, o qual deverá ser previamente analisado e autorizado pela FISCALIZAÇÃO TÉCNICA.

3.2.2.3. A CONTRATADA será responsável pela aquisição, observado o preço mais vantajoso, sendo posteriormente reembolsada pelo TSE, a título de ressarcimento, até o limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) **por ano** de vigência do contrato.

3.2.2.4. Previamente à solicitação e autorização da aquisição, deverá ser observado o saldo contratual disponível, de acordo com o limite previsto no item 3.2.2.3 acima.

3.2.3. A substituição das peças deverá seguir os parâmetros e rotinas estabelecidos para o bom funcionamento dos equipamentos, utilizando ferramentas e instrumentos recomendados pelo fabricante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes.

3.2.3.1. Após a substituição, a CONTRATADA entregará à fiscalização as peças substituídas, que avaliará o descarte destas, caso estas não sejam patrimoniadas, devendo a CONTRATADA ser responsável pela destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação correlata.

3.2.4. As peças de reposição deverão possuir, no mínimo, as mesmas características técnicas e ter **compatibilidade plena com os sistemas/peças existentes**. Produtos similares deverão sempre atender às necessidades a que se destinam e garantir os mesmos padrões de qualidade, de durabilidade, **estético/visuais** e de eficiência dos componentes/materiais já existentes. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de amostras e/ou informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças, inclusive a nota fiscal de compra, laudos técnicos dos fabricantes ou de laboratórios especializados e reconhecidos, para comprovar a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.

3.2.4.1. O sistema de detecção e alarme de incêndio do Tribunal é composto por painéis fabricados pela Global Fire Equipment (Juno Net) e componentes das marcas Global Fire e Apollo Fire.

3.2.5. Para efeito da conclusão dos serviços, o prazo estipulado no item 3.1.6.5.4 será considerado concluído, quando da entrega do Laudo Técnico previsto no item 3.1.2.9 à FISCALIZAÇÃO.

3.2.5.1. As peças e componentes inclusos na planilha contratual constante do

Modelo de Proposta - Anexo I-I deste Termo de Referência, deverão ser fornecidos e instalados em até 2 (dois) dias úteis contados da autorização da FISCALIZAÇÃO.

3.2.6. O custo dos materiais consumíveis (sabão, detergente, estopa, pano de algodão, cera, desengraxantes, óleos lubrificantes, lubrificante comum tipo WD-40, materiais elétricos de pequeno vulto, braçadeiras plásticas, terminais para fios e fita isolante), utilizados nos serviços, deverão estar incluídos no faturamento dos serviços, sem ônus adicional ao TSE.

3.2.7. A CONTRATADA deverá promover a embalagem e o transporte de peças e equipamentos que tenham que ser retirados das dependências do TSE para reparos, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

3.2.8. A comprovação da procedência das peças a serem utilizadas na reposição dar-se-á por meio da nota fiscal de aquisição.

3.2.8.1. A CONTRATADA deverá empregar no serviço de reposição, peças e componentes novos e originais, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante, sendo vedado, sob qualquer justificativa, o uso de peças, componentes e suprimentos reconicionados ou usados.

3.2.8.2. As peças deverão vir acompanhadas da garantia do fabricante, período em que, caso a peça apresente defeito, a CONTRATADA será responsável pela execução da garantia junto ao fabricante.

3.2.8.3. No caso de fornecimento de bens importados, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação que comprove sua origem, bem como a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

3.2.9. A CONTRATADA terá o prazo 5 (cinco) dias úteis para entrega/aquisição e substituição das peças, componentes e/ou suprimentos produzidos no Brasil ou 20 (vinte) dias úteis para peças, componentes e/ou suprimentos importados, contados a partir da autorização da FISCALIZAÇÃO prevista no item 3.2.2.2.

3.2.9.1. Caso, por questões de mercado, o cumprimento dos prazos não for possível, a CONTRATADA deverá registrar os prazos estimados no relatório previsto no item 3.2.2.2, acrescidos de documentação comprobatória que os justifiquem, para avaliação da FISCALIZAÇÃO.

3.2.10. Para a composição do processo de reembolso a CONTRATADA deverá apresentar:

1. relatório circunstanciado indicando o(s) equipamento(s), o(s) defeito(s), a(s) peça(s) necessária(s) e o(s) custo(s) de aquisição para execução do reparo, com a respectiva autorização do serviço pela FISCALIZAÇÃO TÉCNICA;
2. pesquisa de preços, com no mínimo 3 (três) orçamentos, ou justificativa plausível, caso não seja possível a obtenção de 3 (três) propostas comerciais;
3. Nota Fiscal de compra, considerando o menor orçamento; e
4. Relatório Técnico conclusivo, aprovado pela FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, indicando os serviços realizados e o estado final de funcionamento do(s) equipamento(s).

3.2.11. Os documentos apresentados para fins de reembolso não poderão conter rasuras ou estar ilegíveis.

3.2.12. A CONTRATADA deverá requerer ao CONTRATANTE o ressarcimento da(s) aquisição(ões), limitando-se ao valor descrito no item 3.2.2.3 deste Termo de Referência.

3.2.13. Caso o TSE disponha da(s) peça(s) em estoque ou o valor da aquisição supere o saldo contratual disponível, caberá ao TSE disponibilizá-la(s) à

CONTRATADA para instalação/reparo do equipamento.

3.3. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. Iniciar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço inicial.

3.3.1.1. A ordem de serviço será emitida pela FISCALIZAÇÃO em até 5 (cinco) dias úteis contados do início da vigência contratual.

3.3.2. O serviço será prestado no TSE, localizado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília – DF, em horário a ser agendado previamente com o fiscal do contrato.

3.3.3. Compõem as edificações do TSE:

3.3.3.1. Sede: localizada em terreno de 61.543,74 m² de área, com área construída de 115.578 m², constituída por:

- a. **Prédio Principal:** 09 (nove) pavimentos com área aproximada de 3.600 m² cada, 2.700 m² de salas de escritório, além de um nível térreo (pilotis) e um nível de cobertura que abriga as casas de máquinas de elevadores, reservatórios superiores, equipamentos do sistema de ar condicionado e o restaurante. O acesso principal a cada pavimento se dá por meio de uma torre de circulação vertical que comporta seis elevadores e escadas. Na torre também estão localizados os banheiros sociais. Cada pavimento da torre tem uma área de (~300 m²).
- b. **Prédio Anexo:** 01 pavimento térreo, com área aproximada de 9.500 m², sendo 6.900 m² de salas de escritório.
- c. **Complexo do Plenário e Auditórios:** no nível do subsolo estão localizados o Museu, o Plenário (~240 lugares) e suas salas de apoio, um auditório de (~270) lugares e suas salas de apoio e dois outros auditórios de (~110 e ~55) lugares. Um grande foyer permite a circulação e o acesso a estes espaços.
- d. **Subsolo:** composto pelo Depósito do Patrimônio (~1.000 m²); Depósito de Urnas (~2.500 m²); Depósito do Almoxarifado (~3.500 m²); Arquivo (~1.000 m²); Serviços gráficos; Área de Serviços Gerais; Central de Utilidades, composta de Subestação de Energia, Sala de Quadros Elétricos Gerais, Sala de Grupos Motogeradores, Reservatórios inferiores (água potável e reuso), Sala de Bombas, Central de Esgoto a Vácuo e Central de Supervisão Predial; e Garagem para 1.236 veículos em dois níveis.

3.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.4.1. A CONTRATADA deverá cumprir os eventos descritos na tabela a seguir, respeitando os prazos máximos estabelecidos, os quais poderão ser antecipados sempre que as circunstâncias assim o permitam:

| MARCO (dias úteis) | EVENTO | RESPONSÁVEL | CRITÉRIO DE ACEITE |
|-----------------------|-------------------------------------|------------------|---|
| D | Início da Vigência Contratual | TSE e CONTRATADA | De acordo com o previsto no item 6.1.1 deste TR |
| D+2 | Reunião Inaugural de Planejamento | TSE e CONTRATADA | Ata de reunião assinada |
| D+5 | Emissão da Ordem de Serviço inicial | TSE | De acordo com o previsto no item 3.3.1.1 deste TR |
| D+15 | Prazo para início dos serviços | CONTRATADA | De acordo com o previsto no item 3.3.1 deste TR |

3.4.2. O prazo de adimplemento do evento de responsabilidade da CONTRATADA, admite prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, caso convier, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4.3. A FISCALIZAÇÃO TÉCNICA do contrato manifestar-se-á quanto à solicitação no prazo de até 2 (dois) dias úteis. O pedido de prorrogação deverá conter ao menos:

1. o motivo para não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para o início dos serviços.
2. a comprovação de que trata este tópico deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa CONTRATADA, mas por meio de documentos que relatem e justifiquem a ocorrência dos fatos que ensejarão o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.5. GARANTIA TÉCNICA

3.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias - usual de mercado, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.5.1.1. O prazo para refazer os serviços que apresentarem defeito dentro do prazo de garantia deverá ser de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da notificação do TSE.

3.6. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

3.6.1. A qualidade na prestação dos serviços será avaliada pelo indicador relacionado abaixo. Os pagamentos dos serviços poderão ser ajustados e a CONTRATADA estará sujeita a imposição de penalidade de acordo com o cumprimento ou não das metas estabelecidas.

3.6.1.1. Indicador: nível de qualidade do sistema, medido pelo Índice de Chamados Reincidentes (ICR).

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------|--|
| Finalidade: | Aferição de eficiência da manutenção. |
| Meta a Cumprir: | Não haver chamada reincidente. |
| Instrumento de Medição: | Chamado reincidente. |
| Responsável: | FISCALIZAÇÃO TÉCNICA do Contrato. |
| Periodicidade: | Mensal. |
| Mecanismos de Cálculo: | Para cada chamado reincidente será atribuído o valor 1 (um). $X = \text{soma dos chamados reincidentes.}$ |
| Início da Vigência: | Início da vigência contratual. |
| | |

| | |
|------------------------------|--|
| Ajustes no Pagamento: | X = 0 ou 1 - 0% (CONTRATADA receberá 100% do valor da fatura mensal); X = 2 ou 3 - 1% (CONTRATADA receberá 99% do valor da fatura mensal); X = 4 ou 5 - 2% (CONTRATADA receberá 98% do valor da fatura mensal); X = 6 ou 7 - 3% (CONTRATADA receberá 97% do valor da fatura mensal); X = 8 ou mais - 4% (CONTRATADA receberá 96% do valor da fatura mensal). |
| Sanções: | X = 0 a 8 - sem previsão de penalidade; X = 9 ou mais - penalidade prevista na tabela de infrações. |

3.7. FORMAS DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.7.1. A comunicação entre o TSE e a CONTRATADA, durante a execução do contrato, far-se-á, preferencialmente, por meio do preposto designado pela CONTRATADA.

3.7.2. Poderão ser utilizados para a comunicação:

- a. Ofícios;
- b. Ordens de Serviço;
- c. Mensagens escritas;
- d. Relatórios de Medição e Relatórios em geral;
- e. Termos de Recebimento;
- f. Cartas; e
- g. Demais documentos previstos em contrato ou neste Termo de Referência.

3.7.3. Sem prejuízo da necessidade de realização de reuniões periódicas, as comunicações devem se dar, preferencialmente, da seguinte maneira:

3.7.3.1. Questões administrativas durante a execução do contrato, que exijam comunicação formal:

1. Meio de Comunicação: correspondência física ou eletrônica, com aviso e/ou confirmação de recebimento, pessoalmente, por correio, ou por sistema informatizado de correio eletrônico; e
2. Periodicidade: eventual ou conforme prazos previstos em contrato ou neste Termo de Referência.

3.7.3.2. Questões técnicas e/ou administrativas cotidianas, durante a execução do contrato:

1. Meio de Comunicação: correspondência eletrônica, telefone, sistemas ou qualquer outro forma acordada entre as partes, definidas na reunião inaugural; e
2. Periodicidade: sempre disponível, em dias úteis, entre 9h e 19h.

3.7.3.3. Suporte Técnico e/ou Chamados de Manutenção.

1. Meio de Comunicação: página web, sistema informatizado, correspondência eletrônica, telefone (0800 ou Discagem Local); e
2. Periodicidade: tempo integral (24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 dias no ano).

4. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. RECEBIMENTO

4.1.1. O recebimento dos serviços prestados, pertinentes a cada mês de execução contratual, será realizado por meio dos Termos de Recebimento Provisório - TRP e Definitivo - TRD - Anexo I-II deste Termo de Referência, emitidos pelo fiscal técnico ou comissão designada, até 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à prestação dos serviços, após o recebimento do relatório técnico de que trata o item 3.1.2.7 deste Termo de Referência.

4.1.2. O TRP será emitido com fundamento no que foi observado ao longo do acompanhamento e da fiscalização do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.1.3. O TRD compreenderá a verificação da conformidade do objeto aos termos contratuais, com fundamento no trabalho feito pelo gestor ou pelo fiscal técnico e na verificação dos outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dito, por meio das análises e conclusões dos quesitos previsto na Lista de Verificação contida no Anexo I-II.

4.1.4. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, além de cumprir quaisquer obrigações pendentes apontadas pela FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.1.4.1. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela FISCALIZAÇÃO será reiniciado o prazo para emissão do TRD, nos termos do item 4.1.1.

4.1.5. O TRD contemplará também:

a) Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no todo ou em parte, inclusive quanto a adequação do pagamento considerando eventuais reduções decorrente do não cumprimento dos níveis mínimos de serviço preestabelecidos no item 3.6. deste Termo de Referência, se aplicável.

a.1) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade, deverá estar indicada no TRD a parcela incontroversa, a qual deve ser liberada para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

b) emissão do termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base em relatórios e documentação apresentados; e

c) comunicação à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO.

4.1.6. A CONTRATADA deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida em contrato para liquidação e pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão do TRD.

4.1.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

4.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá da CONTRATADA a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil **após** o atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da CONTRATADA, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

4.2.1.1. As despesas com o fornecimento de peças de reposição substituídas (item 3.2 deste Termo de Referência) serão pagas **por reembolso a título de ressarcimento**.

4.2.1.2. Para as peças que não constarem da planilha contratual constante do Modelo de Proposta - Anexo I-I deste Termo de Referência, deverá ser observado o limite de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), **por ano** de vigência da contratação, conforme condições estabelecidas no item 3.2 deste Termo de Referência.

4.2.1.3. O atesto do **objeto contratual executado** se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos em contrato para liquidação e pagamento da despesa.

4.2.1.4. Ficará suspenso o prazo para emissão da NTA, pelo período definido pela FISCALIZAÇÃO, nos casos em que a CONTRATADA for notificada a apresentar esclarecimentos e documentos. Após o prazo estabelecido, caso a CONTRATADA não sane as pendências, a FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA indicará a correspondente ressalva na NTA, e a liquidação poderá seguir com possibilidade de aplicação de glosas/sobrestamentos, até que haja os devidos esclarecimentos/comprovações.

4.2.1.5. O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA, em conta corrente previamente informada, estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

4.2.1.6. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da CONTRATADA perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

4.2.1.7. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores correspondentes à manutenção, serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos), por dia, do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses subsequentes, para efeito de pagamento, será considerado o mês de 30 (trinta) dias.

5. OBRIGAÇÕES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Termo de Referência.

5.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.1.3. Informar, no momento da formalização da contratação, o nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para

comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual, observado o disposto no tópico 3.7 deste Termo de Referência.

5.1.4. Acatar as recomendações efetuadas pela FISCALIZAÇÃO do contrato.

5.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo de Referência.

5.1.6. Fornecer à FISCALIZAÇÃO do contrato relação nominal, com os respectivos números de documento de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, em até 3 (três) dias úteis após o início da vigência do contrato, bem como informar durante toda a vigência qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação.

5.1.7. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).

5.1.8. Comunicar ao TSE, no primeiro dia útil subsequente e por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.1.9. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e Resolução CD/ANPD N°2/2022, conforme disposto na cláusula - DA PROTEÇÃO DE DADOS do instrumento de contrato.

5.1.10. Fornecer aos seus funcionários EPIs adequados à execução dos serviços e responsabilizar-se por seu uso obrigatório, durante todo período de execução do objeto, bem como as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos neste Termo.

5.1.11. Recompôr, reconstituir ou consertar todo e qualquer elemento construtivo, instalação ou equipamento que venha a avariar no decorrer da execução dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação. Na impossibilidade de atendimento desse prazo, o mesmo poderá ser alterado, a critério da Administração, mediante aprovação de justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA, dentro desse prazo.

5.1.12. Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.1.12.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da FISCALIZAÇÃO, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

5.1.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.13.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos suportados não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de móveis.

5.1.14. Apresentar ao fim de cada período de medição, anexado à fatura

mensal, o relatório técnico do item 3.1.2.7, com informação dos serviços realizados, mencionando os problemas verificados, as providências adotadas, as recomendações e orientações técnicas, além do tempo despendido no atendimento do chamado.

5.1.15. Designar o(s) responsável(is) técnico(s) para o acompanhamento da execução dos serviços que deverá(ão) possuir graduação em Engenharia elétrica/eletrônica e ser(em) detentor(es) do(s) acervo(s) técnico(s) exigido na habilitação para contratação, bem como fornecer ao TSE a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) antes do início da execução do serviço. Este(s) profissional(is) deverá(ão) assumir a execução dos serviços, devendo visitar mensalmente os locais dos serviços, para a conferência e garantia da qualidade técnica.

5.1.15.1. Em atenção ao Art. 28 da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, a ART deverá ser registrada antes do início da execução dos serviços.

5.1.15.2. A falta da apresentação da ART impedirá a continuidade da execução dos serviços, permanecendo sujeito ao prazo de execução e às sanções correlatas.

5.1.15.3. A formação técnica e qualificação do(s) responsável(is), deverá ser comprovada no momento da apresentação dos funcionários a FISCALIZAÇÃO do TSE por meio de diploma(s) legalmente reconhecido(s) ou registro compatível no CREA.

5.1.15.4. Na eventualidade da troca de responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, conforme disciplina o CONFEA (Resolução nº 425, de 18/12/1998).

5.1.16. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outra empresa prestadora de serviço.

5.1.17. Providenciar, sem que isso implique em acréscimos nos preços contratados, a execução de toda a sinalização pertinente aos serviços (como placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento, etc.), a fim de que se atendam aos requisitos legais e se informe sobre os transtornos dos serviços, bem como se direcionem os funcionários e visitantes do Tribunal para transitarem em uma área de menor risco possível de acidentes, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra na falta ou deficiência de sinalização referente aos serviços.

5.1.18. Zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificados vazamentos, infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento ou a vida útil dos equipamentos e suas instalações.

5.1.19. Deixar todos os equipamentos e sistemas em perfeitas condições de funcionamento, quando do término, rescisão ou cancelamento do Contrato.

5.1.20. Orientar seus funcionários acerca da necessidade de observar protocolos sanitários definido pelo CONTRATANTE.

5.1.20.1. Fornecer máscaras N95 aos seus funcionários, em quantidade suficiente, para ingresso e permanência nas dependências do TSE, **quando houver a exigência do uso por parte do Tribunal.**

5.1.20.2. Afastar os funcionários que apresentarem sintomas de doenças infectocontagiosas, sem prejuízo da prestação dos serviços.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser

solicitados pela CONTRATADA.

5.2.2. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

5.2.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas, nos termos de normativo do TSE que disponha sobre os processos de contratação no âmbito do Tribunal.

5.2.4. Permitir que os funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

5.2.5. Recusar qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência ou com defeito.

5.2.6. Realizar reunião inaugural antes do início efetivo da prestação dos serviços entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA.

5.2.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1.1. O contrato terá vigência a partir da data de publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e duração de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogável até o máximo de 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.1.3. A extinção mencionada no item 6.1.2 deste Termo de Referência ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

6.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.2.1. Comprovar, como condição para participação na licitação, não possuir inscrição no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial MTPS/MM/IRDH nº 4/2016).

6.2.1.1. A comprovação desse critério será efetuada a partir da consulta ao Cadastro acima mencionado, no sítio eletrônico (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf), no qual consta lista emitida no Ministério do Trabalho e Emprego.

6.2.2. Comprovar, como condição para contratação, não ter sido condenada, a adjudicatária e seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções nºs 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho.

6.2.2.1. Deverá ser apresentada Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa") **da esfera criminal e da Justiça Comum (Federal e Estadual)**, da adjudicatária e de seus dirigentes.

6.2.3. Comprovar, como condição para participação na licitação, caso a

empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, atender ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, que determina a obrigatoriedade do preenchimento de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: 2%;

II - de 201 a 500: 3%;

III - de 501 a 1.000: 4%; e

IV - de 1.001 em diante: 5%.

6.2.3.1. A comprovação será feita mediante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

6.2.3.2. Sempre que solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item 6.2.3, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

6.2.4. Apresentar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do início da vigência do contrato, sob pena de notificação aos órgãos competentes pela FISCALIZAÇÃO.

6.2.5. Só será admitida a oferta de produto dos itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

6.2.6. A CONTRATADA deverá observar, nas peças utilizadas para manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio, a Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para que não contenham em seus componentes, periféricos e acessórios substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na referida diretiva.

6.2.7. A CONTRATADA deverá apresentar, antes da substituição das peças, comprovação de que as mesmas são aderentes ao Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf. A exigência pode ser comprovada pela apresentação do selo PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, certificação ENERGY STAR ou registro em programa similar que demonstre a responsabilidade com consumo sustentável de energia.

6.2.8. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, segundo o disposto no inciso II do art. 20 da Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. É vedado transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

6.4. VISTORIA

6.4.1. O TSE facultará a realização de vistoria, nos locais de execução dos serviços constantes deste Termo de Referência, às empresas interessadas em

concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas.

6.4.2. A vistoria poderá ser realizada pela empresa, em dias úteis, de 10h às 18h e agendada com antecedência mínima de 24 horas pelo telefone (61) 3030-7177 ou 3030-7178, podendo ser realizada até a data de abertura das propostas.

6.4.3. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

6.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. NORMAS VIGENTES

6.5.1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente aos Decretos do Governo do Distrito Federal nº 21.361, de 20 de julho de 2000 (publicado no DODF de 21.7.2000) e nº 23.154, de 9 de agosto de 2002 (publicado no DODF de 12.8.2002), à NBR 5419/09 da ABNT e à NT 005/00 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), às demais disposições legais da União, do Governo do Distrito Federal e normas editadas pelo CMBDF, bem como às normas e especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos; às prescrições e recomendações dos fabricantes; às normas da ABNT e NBR pertinentes; às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT e às normas internas do Tribunal, no que diz respeito à segurança patrimonial, à conduta pessoal e aos horários de trabalho.

ANEXO I-I- MODELO DE PROPOSTA

| | | | | |
|--|--------------------------------|-------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Razão Social: | | E-mail: | | CNPJ: |
| Endereço: | Cidade: | CEP: | Tel: | |
| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - RESUMO | | | | |
| SERVIÇO | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Total (30 meses) R\$ |
| Prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio, composto pelos equipamentos listados no Anexo I-IV do Termo de Referência, com o fornecimento, sob demanda, de peças, ferramentas, materiais e insumos necessários à manutenção. | Mensal | 30 | | |
| MATERIAL/PEÇA | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Anual R\$ | Valor Total (30 meses) R\$ |

| | | | | | |
|---|--|-------------------------|-----------------------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| Peças de Reposição (planilha contratual) | Ano | 2,5 | | | |
| Peças de Reposição (Item 3.2.2.3) Valor não poderá ser alterado | Ano | 2,5 | R\$ 59.906,02* | R\$ 143.020,83 | |
| | | | | | |
| TOTAL DA PROPOSTA | | R\$ | | | |
| *Valor de R\$ 59.906.02 - art.75, caput, inciso II (Decreto 11.871 de 29 de dezembro de 2023) - Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. | | | | | |
| PLANILHA CONTRATUAL - HISTÓRICO DE PEÇAS A SEREM SUBSTITUÍDAS - PEÇAS DE REPOSIÇÃO | | | | | |
| | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade (estimada Anual) | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (30 meses) (R\$) |
| 1 | XP95 - Detector óptico de fumaça - sem base | Unid. | 15 | | |
| 2 | XP95 - Detector ótico de temperatura - sem base | Unid. | 20 | | |
| 3 | XP95 - Detector multisensor (ótico de fumaça + temperatura) - sem base | Unid. | 30 | | |
| 4 | Cartão de endereçamento - Xpert card em branco (referência Apollo Fire - XPERT) | Unid. | 50 | | |
| 5 | Durtex HC pro-detector p/ entornos agressivos - butano/metano/hidrogênio | Unid. | 4 | | |
| 6 | Fireray 200 - Detector Linear de fumaça convencional - até 100 metros | Unid. | 2 | | |
| 7 | GFE - Acionador manual com isolador de curto circuito (quebre o vidro ou flap resetável) | Unid. | 30 | | |
| 8 | Indicador visual com lâmpada de xenon convencional | Unid. | 10 | | |
| 9 | Monitor de contato seco (Switch monitor) com isolador de curto circuito | Unid. | 10 | | |
| 10 | I/O (input/output unito com isolador de curto circuito) | Unid. | 10 | | |
| 11 | Bateria gel selada 12V cc, 7,5Ah | Unid. | 98 | | |
| 12 | Placa mãe para central Juno-Net com sim (referência Global Fire, J- NET-COM-SP1) | Unid. | 5 | | |
| 13 | Placa de expansão sub-painel c/3 laços (referência Global Fire, J- NET-SP-003-AS) | Unid. | 5 | | |
| 14 | Interface de comunicação RS485 entre juno-net x sub-painel x repetidor (referência Global Fire, J- NET-INT-485) | Unid. | 5 | | |
| | | | | | |

| PLANILHA CONTRATUAL - HISTÓRICO DE PEÇAS A SEREM SUBSTITUÍDAS - PEÇAS DE REPOSIÇÃO | | | | | |
|---|---|-------|----|--|--|
| 15 | Cartão de 03 Laços (referência Global Fire - Loop card) | Unid. | 5 | | |
| 16 | SIMM Card todos os painéis(referência Global Fire) | Unid. | 5 | | |
| 17 | Fonte de alimentação p/ centrais juno net - input: 220V, output: 28VDC/5,6A | Unid. | 5 | | |
| 18 | Placa de conexão connector board | Unid. | 5 | | |
| 19 | Frame adesivo GFE juno net | Unid. | 5 | | |
| 20 | GFE - LSC-ISO - Placa de sirene endereçável | Unid. | 10 | | |
| SUBTOTAL | | | | | |
| <p>Declarações:</p> <p>i) Esta empresa declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços e peculiaridades da contratação.</p> <p>ii) Esta empresa atesta que conhece o local e as condições de realização do serviço.</p> <p>iii) Esta empresa declara que nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta contratação, inclusive compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.</p> <p>iv) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.</p> <p>v) Esta empresa declara estar ciente da necessidade de apresentação dos documentos de habilitação exigidos, bem como dos critérios de sustentabilidades a serem comprovados e dos demais documentos previstos no Edital e seus Anexos.</p> | | | | | |
| <p>Validade da Proposta:</p> <p>O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do Pregão.</p> | | | | | |

Observações para o Preenchimento da Proposta pelas Empresas:

- 1) A empresa deverá obrigatoriamente apresentar os preços unitário e totais para todos os itens constantes da Planilha Contratual.
- 2) O valor indicado de R\$ 59.906,02 não poderá ser alterado, pois trata-se de verba contratual fixa destinada a eventual reembolso de peças durante a vigência do contrato, nos termos do Tópico 3.2 do Termo de Referência.

ANEXO I-II - LISTAS DE VERIFICAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

| TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO | | | |
|---|---|-----|-----|
| Processo SEI Relacionado: CONTRATADA: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência: | | | |
| FISCALIZAÇÃO: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto: | | | |
| LISTA DE VERIFICAÇÃO | | | |
| ITEM | ANÁLISE DOS ASPECTOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA: | SIM | NÃO |
| 1 | A CONTRATADA iniciou os serviços no prazo previsto? | | |
| 2 | Os serviços foram entregues dentro do prazo previsto? | | |
| RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS | | | |
| | | | |
| RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO | | | |
| Diante da entrega dos serviços pela CONTRATADA e observada a posterior avaliação detalhada dos aspectos quantitativos e qualitativos a ser efetuada durante o Recebimento Definitivo, essa FISCALIZAÇÃO decide por: | | | |
| | RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO, RESSALVADAS EVENTUAIS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NESTE DOCUMENTO. | | |
| | NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO. | | |

| TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO | | | | |
|--|---|-----|-----|-----|
| Processo SEI Relacionado: Edital de Licitação TSE nº: CONTRATADA: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência: | | | | |
| FISCALIZAÇÃO: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto: | | | | |
| ITEM | CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA | SIM | NÃO | N/A |
| 1 | ASPECTOS QUANTITATIVOS DO SERVIÇO: | | | |
| 1.1 | A CONTRATADA realizou a manutenção preventiva nas peças e equipamentos existentes conforme estipulado no Termo de Referência? | | | |
| | | | | |
| 2 | ASPECTOS QUALITATIVOS DO SERVIÇO: | | | |

| TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 2.1 | Os níveis mínimos de serviço previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) foram aferidos e contabilizados para apresentação à CONTRATADA e ajustes no pagamento? | | | |
| 2.2 | A CONTRATADA entregou os equipamentos e sistemas em perfeitas condições de funcionamento? | | | |
| 2.3 | A contrata emitiu relatório contendo as reais condições de funcionamento dos equipamentos e dos sistemas? | | | |
| 3 | OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: | | | |
| 3.1 | A CONTRATADA executou todas as obrigações constantes no Termo de referência ? | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | HOUVE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES? SEI nº: | | | |
| | | | | |
| RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS | | | | |
| | | | | |
| RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO | | | | |
| Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e do instrumento contratual, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a FISCALIZAÇÃO decide, ressalvadas eventuais observações contidas no Relatório de Ocorrências, por: | | | | |
| | RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO | | | |
| | NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO | | | |

ANEXO I-III - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

| DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO | |
|--|--|
| <p>A empresa Nome da Empresa, com sede na Endereço da empresa, na cidade de Cidade, (UF), CNPJ nº 000.000.000/0000-0, neste ato representada pelo seu Cargo do Representante, Senhor(a) Nome do Representante portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Representante, CPF nº CPF do Representante, em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) Nome do Colaborador, portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Colaborado, CPF nº CPF do Colaborador, para atuar como preposto no âmbito do Contrato TSE nº xx/xxxx.</p> | |
| <p>2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:</p> | |
| a) | Ser acessível ao CONTRATANTE, por intermédio do email e dos números de telefone fixo e celular informados neste formulário. |
| b) | Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato. |
| c) | Verificar se os funcionários da CONTRATADA encontram-se devidamente uniformizados, utilizando EPI, se for caso, e com apresentação compatível com o serviço. |
| d) | Manter a ordem, a disciplina e o respeito, junto a todo o pessoal da CONTRATADA, orientando e instruindo os empregados quanto à forma de agir com vistas a proporcionar ambiente de trabalho harmonioso. |

3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio dos telefones fixo **(61) 3030-7177** e celular **(61) 3030-7650** ou do e-mail **cop@tse.jus.br**.
4. A **Nome da Empresa** compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.

ANEXO I-IV

EQUIPAMENTOS EXISTENTES - DESCRIÇÃO SUMÁRIA (NÃO EXAUSTIVA)

| Descrição | Unid. | Quantidade |
|---|--------------|-------------------|
| DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO | | |
| PAINÉIS DE SUPERVISÃO (central e repetidores) | unid. | 20 |
| | | |
| EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO | | |
| Detector de fumaça/temperatura/multisensor | unid. | 4.211 |
| Acionador Manual | unid. | 316 |
| Sirene eletrônica | unid. | 316 |
| Detector de gás | unid. | 4 |
| Detector linear (receptor + transmissor) | unid. | 12 |
| Módulo de endereçamento de entrada e saída | unid. | 80 |

ANEXO I-V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS (Modelo)

| | |
|---|--|
| Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de Licitação nº _____ / _____, que eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável Técnico da empresa _____, estabelecida no(a) _____, como seu(ua) representante legal, para os fins da presente declaração, compareci perante o representante do Tribunal Superior Eleitoral e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e grau de dificuldade existentes. | |
| Local e data _____ | |
| _____ Nome Legível (ou carimbo) e Assinatura (Representante da empresa) | |
| Visto: _____ Representante do TSE | |
| <u>Observação:</u> 1. Emitir em papel que identifique a licitante. | |

ANEXO I-VI - EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS)

1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar:

1.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou a contento serviço compatível com o descrito no Termo de Referência.

1.1.1. Será considerada compatível a prestação de serviço de manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio, comprovando-se no mínimo:

1.1.1.1 Manutenção em edificação com sistema de detecção e alarme de incêndio com 8 painéis controladores de laço; 1300 detectores analógicos endereçáveis (térmico, fumaça ou múltiplo sensores); 1 detector de gás; 4 detectores lineares e 25 módulos endereçáveis de entrada e saída.

1.1.2 Para efeitos de comprovação técnica operacional, os quantitativos solicitados poderão ser obtidos pela soma de atestados.

1.2. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica profissional, registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que o(s) profissional(ais) que será(ão) responsável(eis) técnico(s) pela execução do objeto prestou(aram) serviços com características compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

1.2.1. Será considerado serviço compatível:

1.2.1.1 Manutenção de sistema de detecção e alarme de incêndio com detectores analógicos endereçáveis da marca Apollo Fire (Discovery) e Central de supervisão e alarme analógica endereçável da marca Global Fire.

1.3. Comprovar de que faz parte do seu quadro técnico Engenheiro(s) Elétrico ou Eletrônico detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica profissional. Esta comprovação deverá ser feita com a apresentação da cópia da CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou, ainda, por meio de declaração de contratação futura do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), desde que acompanhada de declaração de anuência do(s) profissional(is).

1.4. Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, referente ao ano-exercício em pauta.

2. Será admitido o somatório de atestados.

3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

4. Com fulcro no Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021, deverá ser apresentado Certificado de Credenciamento (CRD) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), válido, nos termos da Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF.

ANEXO I-VII - PENALIDADES

1. Nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.10 comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5 da Lei n 12.846/2013

2. Ao responsável pela prática de quaisquer dos atos tipificados como infração administrativa, será aplicada sanção de:

2.1. advertência, na ocorrência de causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2.2. multa, na ocorrência de quaisquer das infrações administrativas previstas no item 1 desta Cláusula.;

2.3 impedimento de licitar e contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2.3.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;

2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12, bem como nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave; e

2.4.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. Para efeito de aplicação de advertência e multa, às infrações são atribuídos regras, conforme a tabela a seguir:

| TABELA DE CORRESPONDÊNCIA | |
|---------------------------|--|
| GRAU | PERCENTUAL |
| 1 | Advertência |
| 2 | Multa de 0,5% sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | Multa de 1,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | Multa de 2,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | Multa de 2,0% sobre o valor anual do contrato |
| 6 | Multa de 3,0% sobre o valor total do contrato |
| 7 | Multa de 10,0% sobre o valor anual do contrato |

| TABELA DE INFRAÇÃO | | | | |
|--------------------|--|----------------|--|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | INCIDÊNCIA | LIMITE MÁXIMO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE | GRAU |
| 1 | Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no termo de referência ou no edital e não elencadas nesta tabela de multas. | Por ocorrência | 1 (uma) ocorrência por obrigação | 1 |

| TABELA DE INFRAÇÃO | | | | |
|--------------------|---|------------------------|---|---|
| 2 | Reincidir no descumprimento da mesma obrigação anteriormente punida com advertência. | Por ocorrência | 3 (três) ocorrências | 2 |
| 3 | Deixar de cumprir o prazo para iniciar ou entregar os serviços contratados. | Por dia | 10 (cinco) dias corridos | 3 |
| 4 | Deixar de cumprir o prazo para refazimentos dos serviços não aprovados no momento do recebimento, por ano de execução contratual. | Por ocorrência | 2 (duas) ocorrências | 3 |
| 5 | Deixar de cumprir o prazo para refazimentos dos serviços em caso de problemas identificados durante a vigência da garantia. | Por dia | 10 (dez) dias corridos | 3 |
| 6 | Ultrapassar o limite mensal estipulado no Indicador "Nível de qualidade do sistema" estabelecido no item 3.6.1.1. do Termo de Referência, para cada equipamento avaliado. | Por ocorrência | 2 (duas) ocorrências | 4 |
| 7 | Deixar de atender os prazos relacionados no item 3.2.5.1 do TR, por dia de atraso relacionados a troca de peças de reposição na vigência contratual | Por ocorrência | 2 (duas) ocorrências | 4 |
| 8 | Manter empregado sem qualificação exigida no TR para executar os serviços contratados | Por ocorrência | 5 (cinco) ocorrências | 5 |
| 9 | Deixar de atender o prazo relacionado no item 3.1.5.5 do TR | Por ocorrência ou hora | 10 horas por ocorrência ou 5 (cinco) ocorrências por mês ou 10 (dez) ocorrências por ano de execução contratual | 5 |

| TABELA DE INFRAÇÃO | | | | |
|--------------------|---|-----------------------|---|---|
| 10 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | Por dia ou ocorrência | 2 (dois) dias corridos ou 2 (dois) ocorrências por ano de execução contratual | 6 |
| 11 | Permitir situação que cause ou crie perigo de dano físico ou lesão corporal. | Por ocorrência | 1 (uma) ocorrência | 7 |

4. Ultrapassado o limite máximo de aplicação da penalidade previsto na tabela de infração, a Administração poderá optar uma das seguintes hipóteses:

4.1. Presente o interesse público, aceitar a continuidade da prestação do serviço mediante justificativa com aplicação apenas da multa de mora e/ou convencional. A continuidade da prestação do serviço só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

4.2. Caso os serviços ainda não tenham sido recebidos pelo CONTRATANTE, no todo ou em parte, recusar o objeto e rescindir o contrato, configurando sua inexecução total, com aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.3. Caso o todo ou parte dos serviços já tenham sido recebidos pelo CONTRATANTE, rescindir o contrato e recusar o restante do objeto, se aplicável, configurando sua inexecução parcial, com a aplicação de multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.4. As multas de mora ou convencional não serão cumuladas com a multa compensatória proveniente de inexecução contratual pela mesma infração. A multa de mora ou convencional que já tiver sido quitada poderá ter seu valor abatido do montante apurado da multa compensatória, desde que decorrentes da mesma infração/ocorrência.

5. Na aplicação das penalidades, a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

5.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

5.2. as peculiaridades do caso concreto;

5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

5.6. a vantagem auferida pela CONTRATADA em virtude da infração;

5.7. os antecedentes da CONTRATADA.

6. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem

prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, ficando a aceitação da justificativa a critério do CONTRATANTE, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

7. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

8. A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e no Edital da Licitação e a imediata perda da garantia de proposta em favor do TSE, quando for o caso.

9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

10. O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição em contrário.

11. As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas em razão de descumprimento contratual, não ultrapassarão o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

12. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13. Antes da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a comissão responsável pela apuração da infração intimará o licitante ou a CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observado o disposto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a

empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18. Da aplicação das sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.1 O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

19. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20. Fica estabelecido que as situações omissas serão resolvidas entre as partes contratantes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

ADAÍRES AGUIAR LIMA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **22/07/2024, às 10:47**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2950624&crc=B3148443, informando, caso não preenchido, o código verificador **2950624** e o código CRC **B3148443**.